

A crise brasileira no contexto global

As projeções divulgadas pelo FMI neste início de outubro apontam um crescimento de 3,1% da economia mundial neste ano de 2016. Isto denota uma certa estabilidade em relação aos 3,2% do ano passado, mas reforça os sinais de perda de folego na década atual em comparação aos 10 anos anteriores. De fato, nos 6 primeiros anos desta década tem-se crescimento médio de 3,5% na economia global, ante 4% no decênio anterior. Essa desaceleração está concentrada nas economias emergentes, que têm tido expansão média de 4,9% na década atual, em comparação a 6,3% no período anterior.

Obviamente, a China tem um papel relevante na desaceleração de emergentes: o febril crescimento de 10,5% ao ano da década passada deu lugar a uma média de 7,7% nos últimos 6 anos, sendo que para este ano a expectativa é de 6,6%. Especialmente pelo canal do comércio e através dos preços de commodities, a China teve um papel preponderante no dinamismo mundial da década passada, notadamente no período de 2003 até a crise de 2008. Naturalmente, a desaceleração recente igualmente tem efeitos que se espriam pelo mundo e especialmente pela América Latina, na qual grande parte dos países tem nas commodities parte importante de sua pauta exportadora.

O ambiente global atual, portanto, contrasta com a exuberância de meados da década passada, quando teve lugar a mais forte expansão dos últimos quarenta anos. A falta de exuberância atual, porém, não deve ser confundida com um ambiente de crise. Temores de um colapso da China, provavelmente o fator de risco mais monitorado no mundo nos últimos anos, até aqui estiveram longe de se materializar. Além disto, a lenta recuperação das economias desenvolvidas tem contribuído para que as taxas de juros se mantenham em patamares extraordinariamente baixos por um período muito maior do que se poderia supor há alguns anos. Como consequência, as condições de liquidez no mundo têm sido excepcionalmente benignas.

Vista de uma perspectiva global, a crise de proporções históricas que se abateu sobre o Brasil nos últimos anos ganha contornos inusitados. A América Latina, excetuando-se o Brasil, claramente tem tido uma trajetória de desaceleração, mas não há nada que palidamente lembre o nosso colapso. No resto do continente, o crescimento médio de 3,2% da década passada deu lugar a 2,6% nos seis últimos anos. No Brasil, porém, a expansão de 3,7% dos 10 anos terminados em 2010 se compara a meros 0,3% ao ano desde 2011. Essas tendências ganham contornos mais dramáticos quando se focalizam os dois últimos anos: a queda acumulada de 7% do PIB nos últimos dois anos se compara a uma expansão de 2,8% no resto da região. Observe-se que ao agregar a região incluem-se países que infligiram a si próprios grandes crises, como é o caso de Argentina e Venezuela. No caso dos países da Aliança do Pacífico (Peru, México, Costa Rica, Chile e Colômbia), o crescimento acumulado nos dois últimos anos é de 4,9%.

De tudo isto, deve ficar claro que o Brasil se afundou nas suas próprias escolhas. Há, sim, uma desaceleração no mundo nos últimos anos, mas ela parece ter desempenhado um papel bastante secundário no nosso drama. Especialmente o colapso dos dois últimos anos deriva essencialmente dos gravíssimos desequilíbrios fiscais, que produziram níveis muito altos de incerteza, deprimindo o dispêndio privado.

Desse ponto de vista, a agenda que tem se desenhado no país nos últimos meses é mais construtiva. A proposta de emenda constitucional (PEC) que estabelece um teto para os gastos públicos federais, atualmente em análise no Congresso, é um passo na direção correta. O ponto importante é que essa proposta busca alterar a origem do nosso desequilíbrio fiscal, que é exatamente o fato de o gasto público crescer em velocidade persistentemente superior à expansão do PIB nas últimas várias décadas.

Para que isso se efetive, porém, é preciso que, além da aprovação da própria PEC, se façam diversas reformas institucionais nas regras que impõem um crescimento automático dos gastos. O regime previdenciário é a fonte mais evidente de pressão. Na ausência de reformas, as forças demográficas produzirão forte crescimento do gasto com aposentadorias e tornarão o teto de gastos inexecutável. Uns poucos números ajudam a dimensionar o desafio: pelos próximos 10 anos a população acima de 65 anos crescerá 4,3% ao ano, ante 0,7% da população entre 15 e 64 anos. Mas será preciso ir além da previdência. Precisaremos redesenhar a enorme rede de proteção social que se criou nas últimas décadas, grande parte dela constituída de programas caros e ineficientes, no sentido de não cumprirem seu propósito de reduzir desigualdades distributivas.

Mesmo que se faça tudo isto, o ajuste fiscal que se desenha a partir da PEC do teto do gasto público é extraordinariamente lento. Partimos neste ano de um déficit primário do setor público consolidado de 2,7% do PIB, e continuaremos a ter déficits por vários anos, impondo um crescimento da dívida pública como proporção do PIB para patamares incomuns em uma economia emergente.

Uma estratégia tão gradualista, para que tenha sucesso, requer uma dose de sorte. Nesse sentido, a manutenção de um ambiente de crescimento moderado e juros extraordinariamente baixos no mundo é muito favorável ao Brasil. O mundo se mostra até aqui paciente com a perspectiva de lenta correção dos nossos desequilíbrios, e isto se traduz em valorização do câmbio e alta nos preços de ativos brasileiros. Tudo indica que, em breve, serão criadas condições para cortar juros, e uma lenta recuperação da atividade pode ser vislumbrada em 2017.

Em resumo, ainda que distante da exuberância de outros tempos, o mundo parece conspirar a favor do Brasil no momento. Isto contribui para que a parte mais aguda de nossa crise provavelmente tenha ficado para trás. Não se deve perder de vista, porém, que uma economia com desequilíbrios tão grandes como o Brasil de hoje apresenta grandes vulnerabilidades, e seria pouco sensato supor que esse ambiente tão favorável possa perdurar indefinidamente. Há sinais encorajadores na implementação dos primeiros passos da agenda de reformas, mas quase tudo ainda está por ser feito.

Alexandre Bassoli

Economista-chefe do Opportunity e Mestre em Economia pela USP.